



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**TERMO DE REFERÊNCIA n° 05/2026**

**Origem:** Secretaria Municipal de Saúde de Santa Luzia

**Destinação:** Hospital Municipal Madalena Parrillo Calixto, UPA São Benedito, UBS, CCE, CAPS e SAD.

**1- CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

Constitui contratação de empresa especializada em fornecimento de gases medicinais, com oferta de tanques criogênicos fixos em regime de comodato e fornecimento parcelado de gases medicinais liquefeitos e comprimidos, incluindo os sistemas de abastecimento e armazenamento com manutenção preventiva e corretiva, locação de compressor de ar comprimido para os Serviços de Urgência e Hospitalar, além do fornecimento de oxigênio medicinal gasoso e oxigênio medicinal liquefeito e ar comprimido medicinal gasoso; locação de concentradores de oxigênio, de aparelhos BINIVEL/CPAP e ventilador pulmonar de suporte a vida com comodato de tantos cilindros quantos sejam necessários. Destinados aos Serviços de Saúde e Programa de Oxigenoterapia Domiciliar.

**LOTE 1**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. ANUAL
1.	OXIGENIO MEDICINAL GASOSO: cilindro com capacidade aproximada entre 8 m3 e 10 m3 cada com variação para mais ou menos 10%.	M3 Unidade	11.000
2.	OXIGENIO MEDICINAL GASOSO: cilindro com capacidade aproximada de 4 m3 ou 3 m3 cada com variação para mais ou menos 10%.	M3 Unidade	800
3.	OXIGENIO MEDICINAL GASOSO: cilindro com capacidade aproximada de 1 m3.	M3 Unidade	600



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

4.	OXIGENIO MEDICINAL LIQUIDO: tanque com capacidade aproximada entre 5.000 m3 e 8.000 m3 com variação para mais ou menos 10%.	M3 Unidade	100.000
5.	AR COMPRIMIDO MEDICINAL GASOSO: cilindro com capacidade aproximada entre 4 m3 e 10 m3 com variação para mais ou menos de 10%.	M3 Unidade	600

**LOTE 2**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. ANUAL
1.	<b>LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO "COMPRESSOR DE AR COMPRIMIDO",</b> COM DUAS CADEIAS DE COMPRESSÃO COM CAPACIDADE ENTRE 25M3 E 30M3: com cadeia de secagem e filtragem independente por linha, consistindo em ciclone, secadores, filtros pré coalescentes, carvão ativado e separador fluidos, após o tratamento do ar o mesmo será analisado, CO e ponto de orvalho. Como suprimento de emergência deverá ser instalado central backup, central de ar comprimidos. Reservatório padrão NR13, produção de ar medicinal dentro das normas de qualidade e respeito as normas ABNT 12188, NR 13, RDC 50.	Equipamento	24

**LOTE 3**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. ANUAL
1.	<b>KIT CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO,</b> com voltagem de 110 v ou 220 v (conforme necessidade do domicílio), fluxo de saída de 1 a 5L/min, com concentração mínima de 93% de oxigênio, que conte que sistema de indicador de pureza de oxigênio e alarme sonoro e visual para sobrecarga de temperatura, tensão ou falta de energia elétrica, com gabinete resistente a fogo. cada kit deverá contar com 01 cilindro backup de oxigênio entre 3 e 10 m3 (de acordo com fluxo necessário e condições e entrega) e 01 cilindro de transporte de oxigênio entre 0,6 e 1 m3, ambos os cilindros com 01 recarga mensal sem custo adicional. Também deverão ser entregues todos os acessórios necessários para uso dos equipamentos, incluindo regulador de pressão e fluxometro para cilindros e acessórios descartáveis (cateter nasal adulto ou pediátrico, máscara facial em silicone adulto ou pediátrico, copo umidificador e mangueira extensora de 3 a 7 metros).	Unidade	3.600



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

2.	<b>KIT CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO</b> , com voltagem de 110 v ou 220 v (conforme necessidade do domicílio), fluxo de saída de 1 a 10L/min, com concentração mínima de 93% de oxigênio, que conte que sistema de indicador de pureza de oxigênio e alarme sonoro e visual para sobrecarga de temperatura, tensão ou falta de energia elétrica, com gabinete resistente a fogo. cada kit deverá contar com 01 cilindro backup de oxigênio entre 3 e 10 m3 (de acordo com fluxo necessário e condições e entrega) e 01 cilindro de transporte de oxigênio entre 0,6 e 1 m3, ambos os cilindros com 01 recarga mensal sem custo adicional. Também deverão ser entregues todos os acessórios necessários para uso dos equipamentos, incluindo regulador de pressão e fluxometro para cilindros e acessórios descartáveis (cateter nasal adulto ou pediátrico, máscara facial em silicone adulto ou pediátrico, copo umidificador e mangueira extensora de 3 a 7 metros).	Unidade	120
3.	<b>VENTILADOR MECÂNICO PULMONAR DE SUPORTE A VIDA</b> , uso adulto e pediátrico, domiciliar, que suporte ventilação invasiva e não invasiva, com bateria interna de aproximadamente 8 horas de autonomia, que apresente modos ventilatórios S, S/T, PSV e SIMV ou semelhantes. Suporte para frequência respiratória de até 60 irpm, volume corrente de até 2000 ml, pressão inspiratória de até 50 cmH2O e PEEP de até 20 cmH2O, com alarmes sonoros e visuais. Deve contemplar umidificador aquecido, no-break com modulo de bateria de autonomia aproximada de 6 horas (bivolt), 01 circuito não-invasivo mensal para uso com mascaras (nasal, oronasal ou facial, de tamanho adulto ou pediátrico) ou 02 circuitos de ventilação invasiva mensais, incluindo filtro bacteriológico. Conter registro na ANVISA.	Unidade	60
4.	<b>VENTILADOR TIPO BINIVEL NÃO-INVASIVO</b> , uso adulto e pediátrico, bivolt automático, com modos ventilatórios CPAP, S, S/T e T, que conte com função de rampa, pressão inspiratório de 4 a 30 cmH2O e frequência respiratória de Backup. Com alarmes visuais e sonoros, umidificador (acoplado ou independente), conexão com oxigênio suplementar e registro de relatórios em cartão de memória removível ou acesso em nuvem para monitoramento remoto. Deve contemplar 01 circuito de ventilação não-invasiva mensal, incluindo máscara nasal, oronasal ou facial, de tamanho adulto ou pediátrico, e no-break bivolt com autonomia aproximada de 6 horas.	Unidade	600
5.	<b>VENTILADOR TIPO BINIVEL INVASIVO OU NÃO-INVASIVO</b> , uso adulto e pediátrico, bivolt automático, com bateria interna com autonomia para pelo menos 2 horas, com modos ventilatórios CPAP, S, S/T e T, que conte com função de rampa, pressão inspiratória de 4 a 30 cmH2O e frequência respiratória de Backup e garantia de volume. Com alarmes visuais e sonoros, umidificador (acoplado ou independente), conexão com oxigênio suplementar e registro de relatórios em cartão de memória removível ou acesso em nuvem para monitoramento remoto. Deve contemplar 01 circuito de ventilação não-invasiva mensal, incluindo máscara nasal, oronasal, ou facial, de tamanho adulto ou pediátrico ou 02 circuitos de ventilação invasiva mensais, incluindo filtro bacteriológico e também no-break bivolt com autonomia aproximada de 6 horas.	Unidade	60
6.	<b>APARELHO DE PRESSÃO POSITIVA CONTÍNUA (CPAP) E PRESSÃO POSITIVA AUTOMÁTICA (APAP)</b> , com função de rampa e pressão inspiratória de 4 a 20 cmH2O. Com registro de relatórios em cartão de memória removível ou acesso em nuvem para monitoramento remoto. Deve contemplar 01 circuito de ventilação não-invasiva mensal, incluindo máscara nasal, oronasal ou facial, de tamanho adulto ou pediátrico.	Unidade	1.200
7.	<b>RECARGA DE CILINDRO DE OXIGÊNIO</b> , de 3 a 10 m3 com limite de 2 recargas mensais por paciente.	M3 Unidade	4.800
8.	<b>RECARGA DE CILINDRO DE OXIGÊNIO</b> , de 0,6 a 1 m3.	M3 Unidade	1.200



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 1.2** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme disposto no Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.3** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante neste documento.
- 1.4** A contratação decorrente deste Termo de Referência será formalizada por meio de contrato, que terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, nos termos do artigo 105, 106 e 107, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

## **2- FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade identificar e avaliar soluções capazes de assegurar o fornecimento contínuo, seguro e adequado de gases medicinais às unidades de saúde do Município, garantindo suporte essencial às atividades assistenciais realizadas nos serviços de Urgência, Atenção Hospitalar e demais setores cuja rotina depende desses insumos para procedimentos clínicos, terapêuticos e emergenciais.

As demandas assistenciais exigem a disponibilização de tanques criogênicos fixos, em regime de comodato, destinados ao armazenamento de gases medicinais liquefeitos, bem como o fornecimento parcelado desses gases, tanto nas formas liquefeita quanto comprimida, considerando o consumo real e as necessidades operacionais de cada unidade. A solução a ser contratada deve contemplar ainda os sistemas de abastecimento e armazenamento, incluindo manutenção preventiva e corretiva, de modo a assegurar segurança, confiabilidade e conformidade com os padrões técnicos estabelecidos pela ANVISA, ABNT e demais normativas vigentes.

Somado a isso, é imprescindível a disponibilização de compressor de ar comprimido medicinal, equipamento fundamental para a continuidade dos procedimentos assistenciais e para garantir suporte ventilatório, especialmente nos ambientes hospitalares e de urgência. Da mesma forma, torna-se necessária a oferta contínua de oxigênio medicinal gasoso, oxigênio medicinal liquefeito e ar comprimido medicinal gasoso, insumos



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

indispensáveis a terapias respiratórias, sedação, anestesia e suporte à vida.

Para assegurar a assistência aos pacientes com insuficiência respiratória aguda ou crônica, bem como aos usuários acompanhados em regime domiciliar ou ambulatorial, impõe-se a necessidade de locação de concentradores de oxigênio, aparelhos BIPAP/CPAP e ventiladores pulmonares de suporte à vida, acompanhados do comodato dos cilindros necessários à adequada prestação do serviço, garantindo atendimento abrangente em todos os níveis de atenção à saúde.

Por fim, considerando que vigora atualmente o Contrato nº 056/2021, oriundo do Pregão Eletrônico nº 008/2021, o qual atingirá, no exercício de 2026, o limite máximo de prorrogação previsto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 — que estabelece duração máxima de 60 (sessenta) meses para contratos de prestação contínua torna-se juridicamente inviável firmar novos aditivos de prazo, sob pena de violação aos limites legais e afronta ao princípio da legalidade. Dessa forma, impõe-se a necessidade de instauração de novo procedimento de contratação, a fim de garantir a continuidade do serviço sem interrupções.

### **3- DESCRIÇÃO DA VALIDADE COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.**

Não se aplica por se tratar de prestação de serviço

### **4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **4.1 Da Exigência de Catálogo ou Amostra**

**4.1.1** Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar catálogo dos itens. Caso os catálogos não sejam suficientes para análise conclusiva acerca da aderência do objeto ofertado em relação ao requisitado, o Agente de Contratação ou Comissão de Contratação poderá solicitar a apresentação de amostra, que será analisada pelo corpo técnico da área



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

demandante, sendo facultada a quaisquer interessados o acompanhamento da análise e de eventuais testes realizados pelo retro citado corpo técnico.

**4.1.2** É facultada prorrogação do prazo estabelecido para apresentação da amostra, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

**4.1.3** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, à proposta será recusada.

**4.1.4** Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

- a) As certificações/ registro solicitadas
- b) Cumprimento da especificação do objeto

**4.1.5** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**4.1.6** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

**4.1.7** O(s) exemplar(es) colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

**4.1.8** Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

**4.1.9** Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso na entrega.

## **4.2 SUBCONTRATAÇÃO**

É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

#### **4.3 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

**4.3.1** Não haverá exigência de garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### **5- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

##### **5.1 Condições da Entrega**

**5.1.1** O objeto deverá ser entregue no prazo de 30 (trinta) dias a contar da emissão da Ordem de Fornecimento, correndo por conta da Contratada todas as despesas para seu transporte e instalação.

Obs.: A ordem de fornecimento será emitida após adequação dos locais de instalação que é responsabilidade do contratante.

**5.1.2** A Contratada fornecerá, em regime de comodato, 2 (dois) Tanques com capacidade entre 5.000 (cinco mil) e 8.000 (oito mil) litros de armazenamento e Central de Backup de Oxigênio Medicinal, os quais serão instalados nas duas Unidades de Saúde abaixo informadas:

- Hospital Municipal Madalena Parrillo Calixto  
Avenida Raul Teixeira da Costa Sobrinho, nº 46, Centro, Santa Luzia/MG.
- UPA São Benedito  
Avenida Senhor do Bonfim, nº 1.052, São Benedito, Santa Luzia/MG

**5.1.3** A Contratada disponibilizará para cada uma das Unidades onde serão instalados os tanques, as informações técnicas sobre os referidos equipamentos, se incumbindo de treinar os servidores indicados pela Contratante no manuseio de tais equipamentos.

**5.1.4** As instalações de suprimento por tanques criogênicos devem respeitar os padrões definidos na norma ABNT NBR 12.188/2003, respeitada a composição de uma unidade de suprimento primário e uma unidade de suprimento reserva.

**5.1.5** Os gases medicinais fornecidos devem ser armazenados nos tanques criogênicos ou cilindros transportáveis (quando aplicável), em conformidade com as prescrições da Norma NBR nº 12.188 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como Resolução ANVISA RDC nº50/2002.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**5.1.6** O oxigênio líquido refrigerado a ser fornecido deve ter as especificações técnicas em explícita conformidade com a qualidade preconizada em compêndios oficiais reconhecidos pela ANVISA, de acordo com os subitens 11.1 e 12.1 da Resolução ANVISA RDC n° 69/2008, com as seguintes especificações técnicas, quanto às suas características, as quais deverão ser rigorosamente atendidas:

- Grau de pureza mínimo de 99,0%
- Símbolo: O<sub>2</sub>
- Características físico-químicas:
- Inodoro e Insípido
- Não inflamável
- Comburente
- Produto sem efeito toxicológico

**5.1.7** Os procedimentos para envase ou enchimento devem obedecer ao disposto na Resolução ANVISA RDC n° 09/2010.

**5.1.8** Qualquer procedimento de manutenção dos tanques criogênicos, ou das baterias de reserva não poderá interromper o suprimento de gases ao Estabelecimento Assistencial de Saúde, desta forma, a Contratada deverá certificar-se das medidas necessárias para evitar interrupções.

**5.1.9** A cada visita técnica realizada, a Contratada deverá emitir um relatório acerca da realização do procedimento e enviar à Junta Reguladora dos serviços de Oxigenoterapia da Secretaria Municipal de Saúde, constando a data, a hora, o nome e a assinatura do(s) técnico(s) da Contratada e o nome e a assinatura do(s) técnico(s) da Contratante responsável pelo acompanhamento do procedimento no local.

## **5.2 Garantia, Manutenção e Assistência Técnica**

**5.2.1** A Contratada será responsável pela manutenção dos reservatórios de condicionamento (cilindros e tanques) que estiverem sendo utilizados, bem como de equipamentos que, em função da utilização dos gases, venham a ser por ela instalados nas dependências da UPA São Benedito e ou do Hospital Municipal Madalena Parrillo Calixto, CAPS, CCE, UBS e SAD.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**5.2.2.** Os critérios das Manutenções Preventivas e Corretivas dos cilindros centrais de reserva e tanques dos gases medicinais devem seguir o estabelecido nas Normas Técnicas vigentes.

**5.2.3.** A Manutenção Preventiva contempla todos os serviços necessários para manter os equipamentos funcionando em condições normais, diminuir as possibilidades de paralisações, manter o bom estado de sua conservação e a substituição de componentes que possam comprometer o seu bom funcionamento, bem como, limpeza, regulagem, inspeção, calibração e testes, entre outras ações que garantam a operacionalização dos equipamentos e a realização de modificações necessárias com objetivo de sua atualização.

**5.2.4.** A Manutenção Corretiva contempla os serviços de reparos com a finalidade de eliminar todos os defeitos que surgirem nos aparelhos/equipamentos por meio diagnóstico do defeito apresentado, bem como, da correção de anormalidades incluindo troca de acessórios/equipamentos, realização de testes e calibrações que sejam necessárias para garantir o retorno do equipamento às condições normais de funcionamento.

**5.2.5.** Juntamente com a instalação dos equipamentos a Contratada deverá entregar cronograma detalhado das atividades de manutenção preventiva para aprovação pelo setor competente da Secretaria Municipal de Saúde.

**5.2.6.** As Manutenções Preventivas deverão ser efetuadas em data e horário previamente estabelecidos, de comum acordo com a Coordenação de cada estabelecimento descrito na justificativa, de modo que não interfiram nas suas atividades.

**5.2.7.** As Manutenções Corretivas deverão ser efetuadas no prazo máximo de 06 (seis) horas em caso de vazamento de GÁS e prazo máximo 12 horas para outras manutenções, contadas da comunicação feita pela Secretaria Municipal de Saúde devendo ser anotado o dia, a hora, o nome do responsável da Contratada que recebeu a comunicação e o nome e matrícula do servidor que solicitou o serviço. O serviço de Manutenção Corretiva deverá estar à disposição todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia.

**5.2.8.** Durante as manutenções os técnicos da Contratada deverão utilizar dispositivos que garantam a segurança total dos procedimentos e dos profissionais envolvidos, sendo de responsabilidade da Contratada providenciar tais dispositivos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito. Sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**6.7.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

**6.7.1.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

**6.7.2.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**6.7.3.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

**6.7.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

**6.7.5.** O fiscal técnico do contrato, comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

**6.8.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

**6.8.1.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

**6.9.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

**6.9.1.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

**6.9.2.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**6.9.3.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

**6.9.4.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

**6.10.** O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

**6.11.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

## **7- CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

### **7.1 Recebimento do Objeto**

**7.1.1** A carga e descarga dos cilindros somente poderão ser realizadas por pessoal da Contratada usando os devidos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), disponibilizados pela Contratada, tais como luva de raspa, botas com biqueira de aço, óculos e capacete.

**7.1.2.** Durante a entrega e retirada dos cilindros os técnicos da Contratada deverão utilizar dispositivos que garantam a segurança total do procedimento e dos profissionais envolvidos, sendo de responsabilidade da Contratada providenciar tais dispositivos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**7.1.3** Todos os cilindros deverão estar em perfeito estado de conservação, devendo possuir capacete de proteção móvel ou fixo e deverão ser entregues lacrados, caso contrário, não serão recebidos pela Contratante.

**7.1.4** A Contratada estará sujeita à fiscalização do produto no ato da entrega e a qualquer momento, reservando-se a Contratante, através do responsável, o direito de não receber o(s) produto(s), caso o(s) mesmo(s) não esteja(m) em conformidade com as normas técnicas mencionadas neste Termo ou aquelas que, porventura, vierem substituí-las.

**7.1.5** Para as Unidades de Saúde serão disponibilizadas pela Contratada, em comodato, tantos cilindros de oxigênio quanto sejam necessários ao suprimento da demanda, com capacidade entre 1 a 10 m<sup>3</sup>, de acordo com a necessidade de cada local.

**7.1.6** Para o Hospital Municipal e para a UPA SÃO BENEDITO, serão fornecidos em regime de comodato, os cilindros de oxigênio entre 1 m<sup>3</sup> a 10 m<sup>3</sup> e cilindros de ar comprimido medicinal gasoso, conforme demanda, um tanque criogênico conforme especificações, além de um compressor de ar comprimido em regime de locação para cada unidade conforme endereços abaixo:

- Hospital Municipal Madalena Parrillo Calixto

Avenida Raul Teixeira da Costa Sobrinho, nº 46, Centro, Santa Luzia/MG

- Upa São Benedito

Avenida Senhor do Bomfim, nº 1052, São Benedito, Santa Luzia/MG

**7.1.7** Hospital Municipal Madalena Parrillo Calixto e a UPA São Benedito poderão solicitar a recarga dos cilindros diretamente à Contratada, por meio do telefone ou e-mail ativo a ser informado pela Contratada.

**7.1.8** As demais Unidades de Saúde que serão beneficiárias do objeto deste Termo deverão encaminhar seu pedido para a Junta de Regulação em Oxigenoterapia/Secretaria Municipal de Saúde, a qual formalizará o pedido à Contratada.

**7.1.9** No ato da entrega dos equipamentos o técnico da Contratada, responsável pela instalação dos mesmos, deverá fornecer um manual de utilização dos equipamentos, produzido e confeccionado pela Contratada e explicar detalhadamente ao usuário sobre o seu funcionamento.

**7.1.10** Em caso de defeitos nos cilindros e nos demais equipamentos/acessórios de uso diário, ou outras alterações como vazamentos, a Contratada é obrigada a efetuar a troca



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

dos mesmos, no prazo de, no máximo, 12 (doze) horas, contadas do aviso encaminhado pela coordenação dos services.

**7.1.11** Os produtos deverão ser novos, provenientes de fábrica, lacrados e selados pelo fabricante ou fornecedor e entregues devidamente embalados, de forma a garantir completa segurança durante o transporte.

**7.1.12** Qualquer atendimento recusado pela Contratada deverá ser formalizado à Contratante, através da Junta Reguladora desses serviços na Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do momento do recebimento da solicitação, sendo que deve constar a fundamentação técnica ou outra justificativa plausível para o não atendimento.

**7.1.13** A contratada deverá realizar a migração dos equipamentos alocados atualmente no prazo máximo de 30 dias.

**7.1.14.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**7.1.15.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**7.1.16.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.1.17.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**7.1.18.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

## **7.2- CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

### **7.2.1 Recebimento do Objeto**

**7.2.1** Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato de sua execução, mediante registro em ordem de serviço ou documento equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização contratual. O recebimento provisório terá por finalidade permitir a verificação posterior da conformidade das atividades realizadas, incluindo manutenção corretiva e preventiva, fornecimento de peças, disponibilização e funcionamento da digitalizadora de imagens radiológicas e o suprimento contínuo de insumos, em relação às especificações constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada pela contratada.

**7.2.2.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, caso sejam executados em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e na proposta. Nessa hipótese, a contratada deverá proceder à correção, reexecução ou adequação dos serviços no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da notificação, sem ônus para a Administração, e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**7.2.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15(quinze) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**7.2.4.** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias corridos

**7.2.5.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**7.2.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**7.2.7.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**7.2.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **7.3. Liquidação**

**7.3.2** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias consecutivos para fins de liquidação, na forma desta seção, nos termos do artigo 9º, do Decreto Municipal 3.526, de 11 de Fevereiro de 2020.

**7.3.2** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.3.3** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

**7.3.4.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**7.3.5.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.3.6.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.3.7.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.3.8.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, sendo assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.3.9.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **7.4 Prazo de Pagamento**

**7.4.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

**7.4.2.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-e de correção monetária.

**7.4.4.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.4.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.4.6.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**7.4.7.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.4.8.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **7.5 Índice de Reajuste Contratual**

**7.5.1.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.5.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.5.3.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.5.4.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.5.5.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.5.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.5.7** O reajuste será realizado por apostilamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **8.1. Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta**

**8.1.1** O fornecedor será selecionado por meio de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão tradicional, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por LOTE, nos termos da legislação vigente.

### **8.2 Exigências de habilitação**

**8.2.1** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **8.3. Habilitação jurídica**

**8.3.1.** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.3.2.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.3.3** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.3.4.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.3.5.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**8.3.6.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.3.7.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**8.3.8.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**9.1.** Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução dos serviços contratados, por meio de servidor (es) designado(s), registrando ocorrências, não conformidades e determinações necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

**9.2** Fornecer à contratada as informações e condições mínimas necessárias para a adequada realização dos serviços, inclusive acesso aos locais onde se situam os equipamentos de raios-X e demais sistemas relacionados.

**9.3** Comunicar à contratada, de forma tempestiva, quaisquer irregularidades, falhas ou defeitos constatados nos serviços, solicitando providências corretivas dentro dos prazos estipulados.

**9.4** Assegurar que os ambientes e instalações onde ocorrerão as manutenções estejam aptos para execução dos serviços, observando requisitos de segurança, energia elétrica e condições operacionais adequadas.

**9.5** Receber provisória e definitivamente os serviços prestados, conforme os critérios previstos no Termo de Referência e na legislação aplicável, registrando a conformidade das atividades executadas.

**9.6** Efetuar os pagamentos devidos à contratada dentro dos prazos e condições estabelecidos no contrato, desde que comprovada a regular execução dos serviços.

**9.7** Facilitar o acesso da equipe técnica da contratada aos equipamentos, componentes e sistemas necessários à execução das manutenções, respeitando as normas de segurança interna das unidades de saúde.

**9.8** Disponibilizar informações técnicas, relatórios internos ou documentos que se mostrem necessários para subsidiar a contratada na correta execução das atividades de manutenção, integração e operação dos sistemas.

**9.9** Notificar formalmente a contratada em caso de descumprimento contratual, quando for o caso, assegurando o prazo para manifestação e correção das irregularidades identificadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**9.10** Adotar as providências administrativas e legais cabíveis no caso de inadimplemento contratual, incluindo aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação vigente.

**10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1.** Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de raios-X (portáteis e fixos) das unidades de saúde do Município, conforme periodicidade e especificações técnicas definidas no Termo de Referência.

**10.2** Fornecer todas as peças, componentes, acessórios, materiais e insumos necessários à execução das manutenções, incluindo substituições, atualizações e reparos indispensáveis ao pleno funcionamento dos equipamentos.

**10.3** Disponibilizar, instalar e manter operante a digitalizadora de imagens radiológicas, garantindo seu funcionamento contínuo e o fornecimento regular e ininterrupto dos insumos específicos e recorrentes exigidos para sua operação.

**10.4** Disponibilizar, manter e atualizar o software gerador de imagens médicas (PACS), garantindo licenciamento regular de uso, integração com os equipamentos existentes, armazenamento adequado, transmissão, visualização e recuperação segura das imagens radiológicas.

**10.5** Assegurar que todos os serviços prestados estejam em conformidade com as normas técnicas aplicáveis da ANVISA, Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia (CONTER) e demais regulamentações pertinentes.

**10.6** Disponibilizar equipe técnica qualificada, composta por profissionais habilitados e devidamente certificados, responsáveis pela execução dos serviços e pela operação e suporte dos sistemas disponibilizados.

**10.7** Atender, de forma tempestiva, às solicitações de manutenção corretiva apresentadas pela Contratante, garantindo início do atendimento dentro do prazo estipulado no Termo de Referência.

**10.8** Apresentar, sempre que solicitado, relatórios detalhados das manutenções preventivas e corretivas realizadas, contendo descrição das atividades executadas, peças substituídas, testes realizados, datas e identificação do técnico responsável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**10.9** Garantir a integridade, confidencialidade e segurança das informações e imagens radiológicas processadas e armazenadas pelo sistema PACS, adotando boas práticas de proteção de dados e prevenção contra acessos não autorizados.

**10.10** Manter estoque mínimo de peças e insumos essenciais, de forma a evitar interrupções na prestação dos serviços e assegurar a continuidade do atendimento nas unidades de saúde.

**10.11** Responsabilizar-se pelos custos decorrentes da substituição de peças defeituosas ou que apresentem mau funcionamento, exceto nos casos de danos provocados exclusivamente por mau uso comprovado pela Administração.

**10.12** Garantir que todos os serviços e equipamentos fornecidos estejam cobertos por garantia técnica durante toda a vigência contratual.

**10.13** Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para execução das atividades, bem como as determinações e orientações emitidas pela fiscalização do contrato.

**10.14** Responder integralmente por danos ocasionados aos equipamentos, sistemas ou instalações da Contratante, quando decorrentes de ação ou omissão de seus prepostos.

**10.15** Manter comunicação permanente com a fiscalização contratual, informando a evolução dos serviços, intercorrências, necessidades de substituição de peças ou ajustes relevantes.

**10.16** Manter, durante toda a execução contratual, ponto de apoio operacional localizado a uma distância máxima de 100 (cem) quilômetros do Santuário Arquidiocesano de Santa Luzia, a fim de assegurar maior agilidade no atendimento das demandas, na execução dos serviços de manutenção e no suporte técnico necessário ao pleno funcionamento dos equipamentos e sistemas fornecidos.

## **11. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

**11.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**11.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**11.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**11.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**11.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**11.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**11.7.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**11.8.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **12. Qualificação Econômico-Financeira**

**12.1.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

**12.2.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**12.3.** Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo )/( Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

**12.4.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

**12.5.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**12.6.** O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

**12.7.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **13. Qualificação Técnica**

#### **13.1 Qualificação Técnico-Operacional**

**13.1.1.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**13.1.2.** A licitante deverá apresentar relação de profissionais que integrarão a equipe técnica responsável pela execução dos serviços, com a seguinte composição mínima:

- Engenheiro clínico, biomédico ou eletricitista (com CREA ativo), com experiência comprovada na manutenção dos equipamentos.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**13.1.3** Certificações e Autorizações Necessárias

**13.1.3.1** A empresa deverá apresentar:

- Certificação de que possui laboratório técnico ou oficina autorizada, com estrutura física e equipamentos adequados à manutenção de equipamentos médicos;
- Certificado de treinamento ou representação técnica autorizada por fabricante ou distribuidor dos equipamentos ofertados, caso aplicável;
- Comprovação de registro ou cadastro junto ao órgão de vigilância sanitária estadual ou municipal competente;
- Licença ambiental ou declaração de isenção, quando a atividade for sujeita à fiscalização ambiental, especialmente em razão do descarte de resíduos e peças.

**13.1.4** Responsabilidade Técnica

1. Apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) emitido pelo respectivo conselho de classe (Conselho Regional de Engenharia (CREA) e Conselho Regional de Biomedicina (CRBM), referente à execução de serviços compatíveis com os descritos no objeto da contratação, que deverá ser apresentado antes da assinatura do contrato.
2. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:
3. Apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA, que comprove(m) sua aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com as especificações constantes neste documento. O Atestado de que o profissional indicado como responsável técnico executou serviços semelhantes a este objeto, deverá ser devidamente registrado na entidade profissional competente;
4. Comprovante de registro ou inscrição do responsável técnico no CREA MG.
5. Designar Responsável Técnico, registrado no CREA, vinculado comprovadamente ao licitante na data prevista para a assinatura do contrato, devidamente registrada(s) no CREA, por execução de serviço, para empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

privada ou para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, de características semelhantes ao objeto licitado;

6. Alvará de localização e funcionamento emitido pelo município da sede da empresa;
7. Declaração do representante legal da empresa licitante que possui pessoal técnicos adequados e disponível para executar o serviço da contratação, nas condições fixadas no Termo de Referência.
8. Declaração de que possui os equipamentos a serem instalados, constando a marca, modelo e o número de registro na ANVISA.
9. Apresentar declaração de que está ciente e na execução contratual se submeterá aos procedimentos estabelecidos na Resolução nº 38, de 4 de junho de 2008, do Ministério da Saúde.
10. A Empresa deverá emitir declaração de emissão ART para execução de Serviço.

**13.1.5.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**13.1.6.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**13.1.7** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**13.1.8** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971; 12.3.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**13.1.9** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**13.1.10** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

**13.1.11** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

**13.2** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembléia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembléia;
- d) editais de convocação das três últimas assembléias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembléias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

**13.3** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

#### **14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**14.1** O custo estimado total da contratação é de R\$ 4.440.913,52 (quatro milhões quatrocentos e quarenta mil novecentos e treze reais e cinquenta e dois centavos) conforme custos unitários apostos em anexo.

#### **15. Adequação Orçamentária**

**15.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

**15.2** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

#### **MANUT. DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO SÃO BENEDITO**

04.001.003.10.302.2051.2165

3.3.90.30.00.00 – Material de consumo FONTE: 1621 FICHA: 1374

3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica FONTE: 1621  
FICHA: 1382



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**MANUT. DO HOSPITAL MUNICIPAL**

04.001.003.10.302.2051.2166

3.3.90.30.00.00 – Material de consumo FONTE: 1500 FICHA: 1406

3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica FONTE: 1500  
FICHA: 1413

**MANUT. AMPL E FORT. ATENÇÃO PRIM.SUS/DOMICILIAR**

04.001.003.10.301.2049.2162

3.3.90.30.00.00 – Material de consumo FONTE: 1600 FICHA: 1126

3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica FONTE: 1600  
FICHA: 1136

**MANUT. DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL**

02.033.005.10.302.2051.2167

3.3.90.30.00.00 – Material de consumo FONTE: 1621 FICHA: 1437

3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica FONTE: 1621  
FICHA: 1444

**MANUT. DO CENTRO DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS**

02.033.005.10.302.2051.2168

3.3.90.30.00.00 – Material de consumo FONTE: 1500 FICHA: 1460

3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica FONTE: 1500  
FICHA: 1463

**15.3** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Santa Luzia, 09 de Março de 2026.

**Rodrigo Inácio Alves Gazeto**  
**Secretário Municipal de Saúde**  
**Santa Luzia- MG**